

TRT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
JULIO SANTOS MORAES

DOC. IDENTIDADE / CÔD. ENDER. / UF
1506880 SSP DF

CPF
610.771.001-91

DATA NASCIMENTO
15/10/1975

PRIMEIRO NOME
ARILDO MORAES

SEGUNDO NOME
CLARICE DOS SANTOS MORAES

PROFISSÃO
[]

SEX
[]

CAT. HAB.
AB

NP RESIDENTE
04190420607

VALIDADE
20/06/2012

1ª HABILITAÇÃO
19/09/2007

ASSINATURA DO TITULAR
[Assinatura]

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSÃO
22/09/2008

ASSINATURA DO EMISSOR
[Assinatura]

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)

VALIDA EM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL
054269656

PROIBIDO PLASTIFICAR
054269656





TRT

EL S0023

10/01/2006

CONTRATO DE TRABALHO INDIVIDUAL

01 – DAS PARTES CONTRATANTES

1.1 – Empregadora:

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF, empresa pública da Administração Pública do Distrito Federal, devidamente representada, doravante denominada apenas **METRÔ – DF**.

1.2 – Empregado (a):

Nome: **JULIO SANTOS MORAES**

Nacionalidade: **BRASILEIRA**

Estado Civil: **SOLTEIRO**

CPF: **61077100191**

Carteira de Identidade nº : **1506880 SSP/DF**

Carteira de Trabalho e Previdência Social: **42362-0018/DF**

Título de Eleitor: **039337791007**

02 – DA DATA DE ADMISSÃO: 05 de janeiro de 2006.

03 – DO EMPREGO, DA ATIVIDADE E DAS ATRIBUIÇÕES:

3.1 – Emprego: **Agente de Estação**

3.2 – Atividade: **Operação Metroviária**

3.3 – Atribuições: Conforme Plano de Empregos e Salários do **METRÔ-DF**.

04 – DA REMUNERAÇÃO:

4.1 – Salário – Base: **R\$ 786,13**

05 – DAS CLÁUSULAS GERAIS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O **METRÔ-DF** admite o (a) empregado (a) acima qualificado em caráter de experiência, nos termos da letra “c” do parágrafo 2º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, pelo prazo de 90 (noventa) dias, para prestar todo e qualquer serviço compatível com as atividades para as quais foi contratado, colaborar com a realização dos fins da empresa, zelar pela regularidade de seu funcionamento e executar, como colaborador, todo trabalho que reclame pronto atendimento.



Assinado eletronicamente por: GILSON PAULINO NEVES - 19/12/2019 15:56:24 - c294605
<https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19121915540526300000020703902>
Número do processo: 0001858-70.2011.5.10.0101
Número do documento: 19121915540526300000020703902

At: Contrato de Trabalho - 05-01-2006 c/3



TRT

19.00027

19.00027

Parágrafo primeiro: Durante os 90 (noventa) dias acima estipulados, o contrato de trabalho será por prazo determinado, passando a indeterminado caso nenhuma das partes promova sua extinção ao cabo deste período.

Parágrafo segundo: O presente contrato de trabalho poderá ser rescindido pelo **METRÔ-DF**, mesmo após o período de experiência fixado nesta cláusula, caso o (a) empregado (a) não seja aprovado durante ou ao fim do período de treinamento, hipótese em que receberá as reparações legais cabíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – O (a) empregado (a) cumprirá jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, conforme previsto no Edital nº 1/2004 – SGA/METRÔ, de 23 de setembro de 2004, cumprindo horário de trabalho a ser fixado pelo **METRÔ-DF**, em turno diurno, noturno, misto, em escala fixa ou de revezamento, podendo ser prorrogada a jornada, obedecidos aos limites e a remuneração adicional estabelecidos em lei, negociação coletiva ou decisão judicial.

Parágrafo primeiro: A prorrogação da jornada deverá, preferencialmente, sempre que possível, ser compensada com redução de jornada em outro dia, nos termos do parágrafo 2º do art.59 da CLT.

Parágrafo segundo – A remuneração da jornada prorrogada, caso não haja a compensação, será 50% (cinquenta por cento) superior à normal, nos termos do inciso XVI do artigo 7º da Constituição Federal, salvo alteração superveniente por nova redação constitucional, negociação coletiva ou decisão judicial.

CLÁUSULA TERCEIRA – O (a) empregado (a) se obriga a fazer a marcação do horário de trabalho cumprido no meio físico definido pelo **METRÔ-DF**, comprometendo-se a aceitar as modificações que venham a ser implantadas no sistema de aferição de frequência.

CLÁUSULA QUARTA – O (a) empregado (a) exercerá suas atividades em qualquer ponto do Distrito Federal ou das demais unidades federativas do país, inclusive realizando as viagens que lhe sejam determinadas.

CLÁUSULA QUINTA – O (a) empregado (a) ressarcirá ao **METRÔ-DF** os danos que, por ação ou omissão, por dolo ou culpa, causar ao patrimônio da empresa, de outros empregados ou de terceiros, autorizando, desde já, que se proceda aos respectivos descontos em sua remuneração ou indenização.

Parágrafo primeiro – Equipara-se ao dano, para efeitos desta cláusula, o extravio de bens do **METRÔ-DF** ou de terceiros sob posse e/ou guarda do empregado (a).

Parágrafo segundo – Toda responsabilização será precedida de apuração.

CLÁUSULA SEXTA – Obriga-se o (a) empregado (a) a participar de todos os cursos, palestras e eventos semelhantes para o qual tenha sido designado pelo **METRÔ-DF**.



Assinado eletronicamente por: GILSON PAULINO NEVES - 19/12/2019 15:56:24 - c294605

<https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19121915540526300000020703902>

Número do processo: 0001858-70.2011.5.10.0101

Número do documento: 19121915540526300000020703902



TRT

1002

1002

CLÁUSULA SÉTIMA – Obriga-se o (a) empregado (a) a cumprir integralmente os regulamentos, instruções, normas, procedimentos e demais atos de comando patronal expedidos pelo **METRÔ-DF**, sob pena de configuração de falta funcional grave, inclusive passível de dispensa por justa causa.

CLÁUSULA OITAVA – Fazem parte integrante deste contrato ou a ele aderirão as normas legais, as negociações coletivas e as decisões judiciais supervenientes.

CLÁUSULA NONA – O (a) empregado (a) afirma serem verdadeiras as declarações, informações e dados por ele (a) apresentados ao **METRÔ-DF**, sob pena de configuração de falta grave passível de rescisão do contrato por justa causa ou de declaração de nulidade absoluta deste.

Parágrafo único – O (a) empregado (a) obriga-se a manter sempre atualizados todos os seus dados cadastrais junto à empresa, sob pena de configuração de falta funcional passível de punição. Consideram-se válidos os comunicados do **METRÔ-DF** encaminhados para endereços não atualizados pelo empregado.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legais efeitos,

Brasília, 05 de Janeiro de 20 06.

METRÔ -DF

EMPREGADO

TESTEMUNHAS

1ª -

2ª -

